

CONSELHO MUNICIPAL DE JUSTIÇA E SEGURANÇA – COMJUS

2

PORTO ALEGRE – RS

1 Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, realizou-se a reunião ordinária do
2 COMJUS, na Secretaria Municipal de Administração, rua Siqueira Campos , 1300, 14º andar,
3 sala C, com a seguinte pauta: 1) Informes; 2) Apresentação dos Projetos do Vereador Alberto
4 Kopittke. O Coordenador e Conselheiro Bruno Knob abriu os trabalhos dando as boas vindas
5 e agradeceu a presença de todos. Logo em seguida o coordenador solicitou uma breve
6 apresentação dos presentes. Aberta as inscrições para informes, Wagner Trindade, da
7 Assessoria Comunitária, relata que no dia 8/4 ocorreu a segunda reunião do Conselho
8 Comunitário Floresta, tendo como primeira ação planejada a revitalização e a ocupação pela
9 comunidade da Praça Florida. Que no dia 7/4 ocorreu a atividade capitaneada pela SMSEG,
10 Domingo na Praça, no Parque Mascarenhas de Moraes. Informa também que no dia 4/4 foi
11 realizada reunião do FRJS Ilhas, sendo eleito Jorge Araújo e Anderson Velano, como
12 coordenadores titular e suplente e Wagner Couto e Mauro Francisco da Silva como secretários
13 titular e suplente respectivamente. Marcos, do Conselho Comunitário da Volta do Gasômetro,
14 informa que no dia 22/4 às dezenove horas e trinta minutos na Sede da União da Tinga será
15 lançado projeto para crianças e jovens com idade a partir dos 6 anos, através do programa
16 estadual RS na Paz, as atividades terão início no dia 7/5 e ocorrerão as terças e quintas-feiras.
17 Rodney Torres, do FRJS Eixo Baltazar, informa que no dia 11/4 ocorrerá a reunião ordinária,
18 onde será apresentado os dados de violência e criminalidade da Região, obtido através da Lei
19 de Acesso à Informação. Dutra, do FRJS Partenon, informa que irá ser realizado no dia 11/4,
20 das 14 às 18 horas no auditório do Batalhão Ambiental da Brigada Militar o primeiro
21 seminário do Fórum com o tema “Que Território da Paz Queremos”, com os palestrantes
22 Gabriel Centeno, da SSP, Miguel Velasques, do Ministério Público do RS e Antônio Mattos,
23 liderança comunitária e presidente da associação do Campo da Tuca. Milton, da assessoria
24 comunitária, que no dia 11/4 às 14h no Car Lomba do Pinheiro acontecerá a primeira reunião
25 preparatória para a 3ª Caminhada da Paz. O coordenador Bruno saúda a iniciativa do vereador
26 Alberto Kopittke de submeter suas propostas legislativas que versam sobre o tema ao
27 COMJUS e de pronto lhe passa a palavra. Kopittke agradece e assume compromisso de estar
28 presente em todas as reuniões mensalmente, sempre que possível, pois este é um espaço
29 fundamental para a construção das políticas públicas e controle social para a área da
30 segurança na cidade. Faz um breve relato de sua trajetória na área da segurança, como Diretor
31 do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança
32 Pública - Ministério da Justiça, coordenou todo o processo da 1ª CONSEG. Em Canoas foi
33 secretário de Segurança Pública e Cidadania, onde foi criado o Território da Paz Guajuviras,
34 que teve 53% de redução de homicídios, foi Diretor Executivo do Consórcio Metropolitano
35 Granpal e hoje além de vereador de Porto Alegre, é membro do CONASP. O projeto que cria
36 o Fundo Municipal de Segurança Pública é um instrumento fundamental para a
37 complementação e financiamento de políticas para a área. Investimentos esses voltados para a
38 implementação das políticas públicas de prevenção a violência implantadas no âmbito
39 municipal ou em tecnologias, como câmeras, sistemas de detecção de tiros, equipamentos,
40 melhoria da infra-estrutura, cursos, tudo que venha a somar e aprimorar os serviços prestados
41 tanto da Guarda Municipal, como das forças de segurança pública estaduais. Segundo o Mapa
42 da Violência 2013, realizado pelo Instituto Sangari, em parceria com o Ministério da Justiça,
43 divulgado no início de março deste ano, Porto Alegre é a 10ª capital com a maior Taxa de
44 Homicídios do Brasil (32,8), muito maior, por exemplo, que o Rio de Janeiro (22,5). Sobre o
45 funcionamento, gerenciamento e aporte de recursos, o Fundo Municipal será administrado
46 pela SMSEG, mas todas as movimentações para a utilização deverá obrigatoriamente ter o
47 aval, a autorização deste COMJUS, que definirá através de um plano de aplicação de
48 investimento definido anualmente. Competirá ao COMJUS elaborar a política geral de
49 aplicação dos recursos e 1) aprovar o plano de aplicação dos recursos, fixar diretrizes e

50 prioridades; 2) acompanhar a execução do plano de aplicação dos recursos; 3) elaborar a
51 proposta orçamentária do Fundo; 4) definir a aplicação das disponibilidades transitórias de
52 caixa do Fundo. Irá compor os recursos do Fundo: 1) dotação orçamentária e transferências de
53 recursos do Município, Estado e União, destinados à área da segurança pública; 2) dotações e
54 contribuições de pessoas físicas ou jurídicas; 3) receitas de aplicação financeira de recursos do
55 FMSP, realizadas na forma da Lei; 4) doações, auxílio, contribuições, subvenções e
56 transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-
57 governamentais; 5) recursos oriundos das contrapartidas e medidas mitigatórias dos Estudos
58 de Impacto de Segurança Pública e outras receitas que venham a ser legalmente constituídas.
59 O projeto sobre a criação do Estudo de Impacto de Segurança Pública (EISP), Kopittke fala
60 que as grandes cidades do mundo e, em especial do Brasil vem sofrendo com o aumento da
61 violência nas últimas décadas. Nesse sentido, a análise de fatores de risco, que aumentam a
62 incidência e recorrência de atos de violência, no caso de empreendimentos imobiliários, bem
63 como o fortalecimento dos órgãos de Segurança Pública em consonância com o crescimento
64 das regiões das cidades, são fatores determinantes para a redução do atual cenário de
65 violência. De forma inédita no país, essa proposta vem alterar essa realidade, dando ao gestor
66 público e a sociedade a possibilidade de analisar os impactos relacionados à violência, bem
67 como apontar investimentos que minimizem esses aspectos e promovam ações preventivas e
68 dêem condições para a força policial, quando necessário, atuar com a devida eficiência. Assim
69 como o Fundo Municipal, este projeto trás ao COMJUS o protagonismo. Será o conselho,
70 conjuntamente com os FRJS que definirão essas medidas, quando da implementação de
71 grandes empreendimentos que causem impacto urbano, como define o Plano Diretor do
72 município. O EISP deverá levar em consideração, entre outros, os seguintes aspectos: 1)
73 aspectos arquitetônicos do empreendimento, priorizando a sua integração urbana e com a via
74 pública; 2) potencial de aumento de atendimentos a serem gerados por parte dos órgãos de
75 Segurança em relação à atual capacidade de atendimento dos órgãos responsáveis pelo
76 atendimento do local; 3) análise de fatores de risco. O COMJUS poderá determinar a
77 realização de audiência pública para definição de medidas mitigatórias e compensatórias e de
78 contrapartidas em reunião ordinária do FRJS pertencente à localidade do empreendimento, e
79 na falta deste, no FROP. Cabe ao COMJUS a aprovação do EISP bem como a definição das
80 medidas compensatórias e mitigatórias e as contrapartidas, levando-se em conta o parecer
81 formulado no âmbito do FRJS. As medidas compensatórias e mitigatórias e as contrapartidas
82 poderão ficar sob responsabilidade direta do empreendedor para a sua implantação ou então
83 transformada em valor pecuniário a ser depositado no Fundo Municipal de Segurança Pública.
84 Kopittke agradece a oportunidade de poder apresentar ao COMJUS suas propostas e que o
85 projeto, embora esteja já protocolado, pode sofrer alterações e que as contribuições deste
86 conselho serão sempre muito bem vindas. O coordenado Bruno agradece a explanação e abre
87 inscrições para intervenções sobre a pauta. João Hélio, secretário adjunto da SMSEG saúda o
88 vereador pelo profundo conhecimento e militância, diz que os 2 projetos são muito
89 interessantes e sugere ao COMJUS que seja criado um GT para análise. Diz ainda que os
90 órgãos Prefeitura demoram muito para analisar os projetos de empreendimentos e que tem que
91 se encontrar uma forma de agilizar essas análises. Informa que a possivelmente a primeira
92 reunião do GGI-M em 2013 será dia 25/4. Dutra sugere ao vereador que não seja somente
93 para os grandes empreendimentos. Brenner diz que vê um momento de crescimento do
94 COMJUS como espaço de discussão. As soluções passam pelo município e que temos que
95 construir alternativas para as soluções tradicionais. As questões da violência estão diretamente
96 ligadas as questões do ambiente, tendo que se avançar em todas as direções. Relata ainda
97 como exemplo o trabalho feito na praça no Cristal, já apresentado ao COMJUS, de retorno do
98 povo à praça. Rodney diz ser muito positiva as propostas e que um dos diferenciais desta é

99 que as contrapartidas ficarão na região do empreendimento, ao contrário das demais, que são
100 aplicadas normalmente em regiões diferentes. Diz ainda que o COMJUS já aprovou a criação
101 de uma Câmara Temática para a análise de projetos, ainda em 2012 e que tem a participação
102 da executiva do COMJUS, do conselheiro Brenner Guimarães, de um membro do Município e
103 um do Estado. Bruno diz que esses dois projetos vêm ao encontro do Sistema de Proteção,
104 pois fortalecem o COMJUS, os FRJS. Dando cada vez mais o controle social. Colabora
105 sugerindo que o GGI-M também emita parecer sobre os impactos. Sugere ainda que no
106 projeto do Fundo, no Art. 2º, inciso V seja incluída a FASE. Gabriel Centeno, da SSP, fala da
107 construção de todo um sistema de participação popular em Porto Alegre, através do OP, mas
108 que não contempla a segurança pública. Que o COMJUS deve aprofundar as discussões e
109 aprovar os projetos. Milton relata que a contrapartida do cercamento do parque Saint-Laure é
110 da Arena do Grêmio e não teria empreendimento na Lomba que bancasse isso. Discorda da
111 obrigatoriedade da contrapartida ficar na região do empreendimento. Delegada Shana, da
112 Polícia Civil discorda do Milton e dá o exemplo que a Lomba do Pinheiro perdeu a
113 contrapartida do CIETEC. Concorde que a contrapartida deverá ficar na região que sofrerá o
114 impacto. Kopittke agradece as manifestações diz ter anotado todas as contribuições e espera
115 um parecer formal sobre os projetos deste conselho. Aproveita para convidar a todos para a 1ª
116 Festa da Vizinhança a ser realizada no dia 13 de abril, na Praça Nações Unidas. Dando
117 sequência, o coordenador Bruno fala sobre o aumento dos homicídios na cidade. A
118 coordenação entende e propõe seminário sobre homicídios no âmbito do COMJUS. Relata
119 sobre o trabalho da FASC, do Serviço de Cumprimento de Medidas Sócio-Educativas, e que
120 alguns jovens que estavam sobre a proteção do Estado foram mortos. Aprovada a realização
121 do seminário, foi composto Grupo de Trabalho para organização composto pela executiva do
122 COMJUS, SSP, SMSEG, FASC, PC, FASE e conselheiro Dutra. Foi confirmado também o
123 GT da 2ª Conferência de Segurança de Porto Alegre formado pela executiva do COMJUS,
124 Brenner, Dutra, SMSEG e Cougo, da FASE. João Héblio pede a palavra para relatar que a
125 postura da Guarda Municipal nos episódios dos protestos foi dentro de suas competências
126 legais, não sendo verificado nenhum excesso por parte dos servidores. Nada mais havendo a
127 tratar, a reunião foi encerrada e lavro presente ata que vai assinada por mim Rodney Torres,
128 coordenador suplente, secretariando esta reunião e pelo coordenador titular, Bruno Knob.
129 Porto Alegre, 09 de abril de 2013.

130

Rodney Ribeiro Torres
Junior
Coordenador Suplente

José Antônio Bruno
Knob
Coordenador